



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Processo:	201705061001
FLS:	03
Rubrica:	10



Convênio FUNASA n.º CV 0070/16, que entre si celebram A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA e o MUNICÍPIO DE BOM LUGAR /MA na modalidade de MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES - MSD.

A **FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA**, criada pela Lei n.º 8.029 de 12 de abril de 1990, com Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 8.867, de 14 de julho de 2016, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ/MF sob o n.º 26.989.350/0001-16, sediada no Setor de Autarquias Sul - SAS, Quadra 4, Bloco "N", 5.º andar, na cidade de Brasília/DF, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada por seu Presidente, **ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES**, portador da Carteira de Identidade n.º 2951610, expedida pela SSP/PI e do CPF/MF n.º 767.810.894-04, nomeado pela Portaria n.º 1.472, de 14 de julho de 2016, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União n.º 135, de 15 de julho de 2016 e o **MUNICÍPIO DE BOM LUGAR/MA**, com sede na(o) **RUA MANOEL SEVERO - 355 - BOM LUGAR/MA**, inscrito no CNPJ sob o n.º **01.611.400/0001-04**, doravante denominado **CONVENENTE**, neste ato representado por seu(sua) Prefeito(a), **ANTONIO SERGIO MIRANDA DE MELO**, portador(a) da Carteira de Identidade n.º **1693795**, expedida pelo(a) SSP/MA e do CPF/MF n.º **498.967.503-78**, residente e domiciliado(a) na(o) **RUA MANOEL SEVERO, S/N - CENTRO ADMINISTRATIVO - BOM LUGAR**, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO** com registro no **SICONV** sob o n.º **830997/2016**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber; Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001; na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010; na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, quando aplicável; na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (PPA 2016-2019); na Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 (LDO 2016); na Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016 (LOA 2016); no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011; na Portaria FUNASA nº 573, de 26 de julho de 2016, e, no que couber, nas Portarias FUNASA nº 728, de 21 de setembro de 2016 e nº 729, de 21 de setembro de 2016, exceto nos casos de recursos oriundos de Emenda Parlamentar; e consoante o processo nº **25100.006607/2016-71**, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Convênio **Implantacao de melhorias sanitarias domiciliares no Municipio de Bom Lugar/MA.**, conforme as especificações constantes do Plano de Trabalho aprovado, parte integrante deste Termo independentemente de transcrição, e a legislação em vigor.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS PARTICÍPES

São obrigações dos Partícipes na execução deste Convênio:

1) Da CONCEDENTE:

a) promover a operacionalização da execução dos programas, projetos e atividades, mediante a divulgação de atos normativos e orientações ao **CONVENENTE**, bem como a análise e aprovação da documentação técnica institucional e jurídica, inclusive do Projeto Básico/Termo de Referência;

- b) verificar a realização do procedimento licitatório pelo **CONVENENTE**, atendo-se à documentação no que tange: à contemporaneidade do certame; aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência; e ao respectivo enquadramento do Objeto conveniado com o efetivamente licitado; e, ao fornecimento pelo conveniente de declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis;
- c) acompanhar e monitorar a execução do objeto conveniado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas;
- d) indicar servidor para acompanhamento e monitoramento da execução do presente Convênio, ao qual caberá emitir parecer conclusivo acerca da prestação de contas e da realização do Objeto pactuado;
- e) promover a execução orçamentária e financeira necessária ao Convênio, providenciando os devidos registros nos sistemas da União, obedecendo ao plano de trabalho aprovado;
- f) notificar o **CONVENENTE**, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurando, se for o caso, a competente Tomada de Contas Especial;
- g) analisar a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do Objeto deste Convênio, na forma e prazo fixados no art. 10, §8º, do Decreto nº 6.170/07 com a redação dada pelo Decreto nº 8.244, de 2014 e no art. 76 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011;
- h) verificar a existência de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando se tratar de obras e serviços de engenharia.

II) Do **CONVENENTE**:

- a) disponibilizar, por meio da internet, consulta ao extrato do convênio ou outro Instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o Objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado. Para efeito desta obrigação a disponibilização do extrato na Internet poderá ser suprida com a inserção de *link* na página oficial do **CONVENENTE** que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios;
- b) informar ao **CONCEDENTE** quanto à celebração de outra parceria que promova ação complementar à execução do Objeto deste convênio, apresentando cópia do instrumento e do plano de trabalho, consoante o disposto na CLÁUSULA TERCEIRA - DAS VEDAÇÕES, Inciso X, do presente Instrumento, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da nova celebração;
- c) fazer incluir nas respectivas peças orçamentárias do ente **CONVENENTE** os recursos previstos neste Instrumento para repasse, nos termos do art. 35 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001;
- d) inserir, regularmente, as informações e documentos exigidos pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, mantendo o cadastro do Convênio no SICONV atualizado, inclusive quanto à apresentação do(s) respectivo(s) Projeto Básico e/ou Termo de Referência;
- e) elaborar os projetos técnicos relacionados ao Objeto pactuado, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual, distrital ou federal e concessionárias de serviços públicos, quando couber, nos termos da legislação aplicável;

- f) comprovar pleno exercício dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, nos termos do Art. 39 da Portaria Interministerial nº MP/MF/CGU nº 507/2011.
- g) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do Objeto, observando prazos e custos, designando profissional habilitado com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, quando for o caso;
- h) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população, quando detectados pela **CONCEDENTE** ou pelos órgãos de controle;
- i) realizar, sob sua inteira responsabilidade, o processo licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a suficiência do Projeto Básico/Termo de Referência, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI utilizado e o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles, a disponibilidade de contrapartida, quando for o caso, sempre que optar pela execução indireta de obras e serviços, bem como observar o disposto no capítulo III, do Título III, da Portaria Interministerial nº 507/2011, referente à composição de preços, e, ainda, as normas do Decreto nº 7.983/2013, no que tange às obras e serviços de engenharia;
- j) exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF;
- k) prever no edital de licitação e no Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do Objeto conveniado;
- l) registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, além dos boletins de medições, quando houver;
- m) fornecer à **CONCEDENTE**, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento, monitoramento e avaliação do processo;
- n) manter os documentos relacionados ao convênio pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que for aprovada a prestação de contas. Na hipótese de digitalização, os documentos originais serão conservados em arquivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos do julgamento das contas dos responsáveis da **CONCEDENTE** pelo Tribunal de Contas da União, findo o qual poderão ser incinerados mediante termo;
- o) atualizar as informações prestadas no cadastramento até que sejam exauridas todas as obrigações referentes ao convênio;
- p) prestar contas dos recursos do presente convênio destinados à consecução do Objeto;
- q) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato à **CONCEDENTE**;
- r) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do convênio,

após a execução do convênio;

s) garantir o pleno funcionamento do sistema implantado, quando for o caso;

t) estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do Objeto do convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos, quando for o caso;

u) apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade convenente, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;

v) no caso dos entes municipais e do Distrito Federal, notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pelo concedente, como forma de incrementar o controle social, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;

Parágrafo Primeiro. O descumprimento de quaisquer das obrigações dispostas na presente Cláusula acarretará ao **CONVENENTE** a prestação de esclarecimentos perante a **CONCEDENTE** no prazo de 30 (trinta) dias prorrogáveis por igual período.

Parágrafo Segundo. Prestados os esclarecimentos de que trata o parágrafo anterior, a **CONCEDENTE**, aceitando-os, fará constar nos autos do processo a justificativa prestada e dará ciência ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (Controladoria-Geral da União – CGU).

Parágrafo Terceiro. Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela dará ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificará o Ministério Público.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS PROIBIÇÕES

É vedado ao **CONVENENTE**:

I - alterar o Objeto do Convênio, exceto no caso de ampliação da execução do Objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do Objeto do convênio;

II - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no Instrumento, ressalvado o custeio da implementação das medidas de preservação ambiental inerentes às obras constantes do Plano de Trabalho, hipótese na qual o **CONVENENTE** de verá comunicar imediatamente ao **CONCEDENTE**;

III - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - realizar despesa em data anterior à vigência deste Instrumento;

V - efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Instrumento, salvo se expressamente autorizada pela **CONCEDENTE**, desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste Instrumento;

VI - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

VII - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pela **CONCEDENTE**, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

Processo:	201705061001
FLS:	06
Rubrica:	18

Processo:	201705061 001
FLS:	07
Rubrica:	<i>[assinatura]</i>

VIII - transferir recursos deste convênio para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;

IX - realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, desde que devidamente justificadas, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos e desde que previstas no Plano de Trabalho;

X - celebrar outros Convênios com o mesmo Objeto deste, exceto quando se tratar de ações complementares; e

XI - estabelecer contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos federais.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGISTRO NO SICONV E NO SIGA

Os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial dos convênios e termos de parceria serão realizados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, aberto à consulta pública, por meio do Portal dos Convênios.

Parágrafo Primeiro. Os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no SICONV, serão nele registrados.

Parágrafo Segundo. Deverão ser efetuados os respectivos registros no Sistema Integrado de Gerenciamento de Ações da FUNASA – SIGA sempre que houver funcionalidade adequada disponível.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONDICIONANTE DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA

Para que o presente instrumento tenha efeito deverá o CONVENENTE atender à condicionante da apresentação do Projeto Básico/Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro. O Projeto Básico/Termo de Referência será apresentado no prazo improrrogável de 18 (dezoito) meses, nos termos do Art. 37, §3º da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, devendo ser incluído em aba homônima no SICONV.

Parágrafo Segundo. O Projeto Básico/Termo de Referência será apreciado pela **CONCEDENTE** e, se aprovado, poderá ensejar a adequação do Plano de Trabalho.

Parágrafo Terceiro. Constatados vícios sanáveis no Projeto Básico/Termo de Referência, estes serão comunicados ao **CONVENENTE**, que disporá de prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para saná-los.

Parágrafo Quarto. A não apresentação do Projeto Básico/Termo de Referência no prazo previsto no Parágrafo Primeiro ou o não atendimento das recomendações técnicas para regularização do Projeto Básico/Termo de Referência no prazo estipulado no Parágrafo Terceiro ensejará a extinção do Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

A **CONCEDENTE**, por força deste Convênio, transferirá ao **CONVENENTE** recursos no valor total de **R\$ 693.000,00 (seiscentos e noventa e três mil reais)**, sendo que a despesa a seguir descrita correrá à conta de dotação orçamentária consignada na Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016 (LOA 2016), Unidade Orçamentária 36211, Unidade Gestora/Gestão 255000/36211.

Fonte: 610000000 Programa de Trabalho: 10512206876520021 ED: 4440 42 Plano Interno: Z2324000616 R\$ 693.000,00 NE nº 2016NE800215 de 11/05/2016.

Parágrafo Primeiro. As despesas decorrentes da execução do presente Convênio em exercício(s) subsequente(s),

correrão à conta de dotações orçamentárias dos respectivos exercícios financeiros, conforme previsto na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (PPA 2016-2019), sendo objeto de apostilamento a indicação do respectivo crédito orçamentário e a emissão de nota de empenho.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constantes no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação da **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRAPARTIDA

O **CONVENENTE** se obriga a aplicar, na execução do Objeto deste Convênio recursos próprios no total de **R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**, a título de contrapartida financeira, conforme descrito no Plano de Trabalho.

Parágrafo Único. Os valores deverão ser depositados na conta bancária específica do Convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS LIBERAÇÕES DOS RECURSOS

A liberação dos recursos do Convênio obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho e guardará consonância com as metas e fases ou etapas de execução do seu Objeto, observando a disponibilidade de recursos financeiros, bem como as disposições do art. 54 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, da Portaria FUNASA nº 573/2016 e o disposto neste Instrumento.

Parágrafo Primeiro. O **CONVENENTE** deverá incluir os recursos recebidos provenientes deste Convênio no respectivo orçamento e, para o caso de despesas a serem realizadas em exercícios futuros, os recursos para atendê-las deverão ser consignados no plano plurianual ou em prévia lei que os autorize.

Parágrafo Segundo. Os recursos transferidos pela **CONCEDENTE** serão depositados e geridos na conta bancária específica do Convênio aberta exclusivamente em instituição financeira controlada pela União e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

I - em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; ou

II - em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou em operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando a utilização se verificar em prazos menores.

Parágrafo Terceiro. Os rendimentos das aplicações financeiras somente poderão ser aplicados no Objeto deste Convênio, estando sujeitos às mesmas condições de prestações de contas exigidas para os recursos transferidos, situação na qual deverão integrar o plano de trabalho aprovado.

Parágrafo Quarto. As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, relacionadas aos recursos repassados pela **CONCEDENTE**, não poderão ser computadas como contrapartida ofertada pelo **CONVENENTE**.

Parágrafo Quinto. Para o recebimento de cada parcela dos recursos, o **CONVENENTE** deverá:


I - apresentar a licença de instalação ou de operação, ou manifestação acerca de sua dispensa, conforme o caso;

II - comprovar o cumprimento da contrapartida pactuada, quando couber, que deverá ser depositada na conta específica deste Instrumento em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho;

III - atender às exigências para a contratação e pagamento previstas nos arts. 56 a 64, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, e na Portaria FUNASA nº 573/2016;

IV - estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho.

Parágrafo Sexto. A liberação das parcelas do Convênio será suspensa até a correção das impropriedades ocorridas, nos

Processo:	20170506 1001
FLS:	09
Rubrica:	

seguintes casos:

- I - quando não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, constatada pela **CONCEDENTE** ou pelos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal ou externo da União;
- II - quando verificados desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e fases programadas ou práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações ou em quaisquer dos demais atos praticados na execução do presente Convênio;
- III - quando for descumprida, pelo **CONVENENTE**, qualquer cláusula ou condição deste Convênio.

Parágrafo Sétimo. A qualquer tempo, quando detectada qualquer irregularidade na execução do Convênio, os técnicos da **CONCEDENTE**, mediante a emissão de parecer circunstanciado e aprovado pelo chefe de área, poderão solicitar a suspensão do repasse de recursos e ainda o bloqueio dos recursos do Convênio, os quais serão liberados se sanadas as pendências, conforme art. 12 da Portaria FUNASA nº 573/2016.

Parágrafo Oitavo. O **CONVENENTE** deverá notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pela **CONCEDENTE**, como forma de incrementar o controle social, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico, nos termos do inciso XI do art. 6º da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO PARA O INÍCIO DA EXECUÇÃO FÍSICA

Após a liberação do recurso pela **CONCEDENTE**, compromete-se o **CONVENENTE** a iniciar a execução física do Objeto no prazo máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período após solicitação devidamente justificada, a ser analisada pela área técnica da **CONCEDENTE**, sob pena de rescisão do Convênio, salvo excepcionalidades expressamente aceitas pela **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO FÍSICA

A execução física do objeto do presente convênio poderá ser efetuada diretamente pelo **CONVENENTE** ou indiretamente, mediante licitação ou por meio de unidade executora.

Parágrafo Primeiro. A execução física do Objeto definido neste Convênio poderá recair sobre Unidade Executora específica, desde que:

- I - haja previsão no Plano de Trabalho aprovado;
- II - a unidade executora pertença ou esteja vinculada à estrutura organizacional do **CONVENENTE**, nos termos do art. 43 – A da Portaria Interministerial MP/MF/CGUnº507/2011.

Parágrafo Segundo. Na hipótese do parágrafo primeiro deverão ser incluídas neste instrumento as obrigações da unidade executora.

Parágrafo Terceiro. O **CONVENENTE** continuará responsável pela execução do convênio, sendo que a unidade executora responderá solidariamente na relação estabelecida.

Parágrafo Quarto. Quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do convênio ou gestão financeira do convênio, responderão solidariamente os titulares do **CONVENENTE** e da Unidade Executora, na medida de seus atos, competências e atribuições.

Parágrafo Quinto. Os atos e procedimentos relativos à execução serão realizados no SICONV pelo **CONVENENTE** ou Unidade Executora, conforme definição contida no Plano de Trabalho.

Parágrafo Sexto. O acompanhamento, fiscalização e a apresentação da prestação de contas do convênio caberão ao **CONVENENTE**.

Processo:	20140506 1001
FLS:	10
Rubrica:	<i>[assinatura]</i>

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado somente poderão ser publicados após a assinatura do respectivo convênio e aprovação do projeto técnico pela concedente, observando o valor máximo do convênio.

Parágrafo Primeiro. A publicação do extrato do edital de licitação deverá ser feita no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 21, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo ao uso de outros veículos de publicidade usualmente utilizados pelo convenente.

Parágrafo Segundo. O **CONVENENTE** deverá incluir, nos contratos celebrados à conta dos recursos do presente Convênio, cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao Objeto contratado, para os servidores da **CONCEDENTE** e dos órgãos de controle, na forma do art. 56, em conformidade com o art. 43, inciso XX, ambos da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011.

Parágrafo Terceiro. O **CONVENENTE** está obrigado a observar, quando da execução de despesas com recursos transferidos, às disposições da Lei nº 8.666/1993, nos termos do art. 62 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011 e demais normas federais pertinentes.

Parágrafo Quarto. Para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, sendo utilizada preferencialmente a sua forma eletrônica. A inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente do **CONVENENTE**.

Parágrafo Quinto. As atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades, deverão ser registradas no SICONV.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS PAGAMENTOS A TERCEIROS

Os recursos deverão ser mantidos na conta bancária específica do convênio e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011 e neste Instrumento.

Parágrafo Primeiro. Os pagamentos à conta de recursos do Convênio estão sujeitos à identificação do beneficiário final da despesa, por CPF ou CNPJ.

Parágrafo Segundo. Os atos referentes à movimentação e ao uso dos recursos a que se refere o *caput* deverão ser realizados por meio de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias – OBTV, observando-se os seguintes preceitos:

I - movimentação mediante conta bancária específica para cada convênio;

II - pagamentos realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio **CONVENENTE**, devendo ser registrado no SICONV o beneficiário final da despesa, por CPF ou CNPJ:

a) por ato do **PRESIDENTE DA FUNASA**;

b) na execução do Objeto pelo **CONVENENTE** por regime direto;

c) no ressarcimento ao **CONVENENTE** por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pela **CONCEDENTE** e em valores além da contrapartida pactuada;

III – transferência, em meio magnético, à da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, pelos bancos responsáveis, das informações relativas à movimentação nas contas mencionadas no inciso I deste Parágrafo, contendo, pelo menos, a identificação do banco, da agência, da conta bancária e do CPF ou CNPJ do titular das contas de origem e de destino, quando houver, a data e o valor do pagamento.

Parágrafo Terceiro. Antes da realização de cada pagamento, o **CONVENENTE** incluirá no SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

I - a destinação do recurso;

II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;

IV - a meta etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;

V - a comprovação do recebimento definitivo do Objeto do convênio, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

Processo:	201705061001
FLS:	11
Rubrica:	<i>[assinatura]</i>

Parágrafo Quarto. As faturas, recibos, notas fiscais, observando, nestas, o seu prazo de validade, e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do **CONVENENTE**, devidamente identificados com o número deste Convênio e mantidos os seus originais em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas, podendo mantê-los em arquivos digitais, se preferir.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto.

Subcláusula Primeira. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO.

No acompanhamento e monitoramento do Objeto do convênio serão verificados:

I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

II - a compatibilidade entre a execução física do Objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;

III - a regularidade das informações registradas pelo **CONVENENTE** no SICONV;

IV - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas;

V - a funcionalidade e efetividade do Objeto acordado.

Subcláusula Segunda. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

Caso a execução do objeto seja realizada indiretamente, caberá ao **CONVENENTE** fiscalizar, nos termos da Lei nº 8.666/93, o cumprimento do contrato devendo, ainda:

I - manter profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços, que deverá estar presente quando das supervisões e fiscalizações efetuadas pela **CONCEDENTE**.

II - apresentar à **CONCEDENTE** a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;

III - verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos aprovados;

IV - propiciar os meios e as condições necessárias para que os servidores da **CONCEDENTE**, do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União tenham livre acesso aos documentos relativos à

Processo:	201705061001
FLS:	12
Assinatura:	

execução do Objeto deste Convênio, bem como aos locais de execução deste, prestando a esses, quando solicitadas, as informações pertinentes.

Parágrafo Primeiro. A fiscalização do cumprimento do contrato por parte da **CONCEDENTE** se dará nos seguintes termos:

I – realizar visitas ao local da execução do contrato, conforme programação específica, e caso não ocorram deverão ser devidamente justificadas;

II - registrar no SICONV e no SIGA, conforme o caso, os atos de acompanhamento da execução do Objeto e fiscalização do convênio, conforme o disposto no art. 3º da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011;

III- podendo valer-se do apoio técnico de terceiros devidamente credenciados, observando as permissões legais;

IV – podendo delegar competência ou firmar parceria com outros órgãos ou entidades, que se situem próxima ao local de aplicação dos recursos, para tal, observando a legislação vigente;

V - comunicar ao **CONVENENTE** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para o saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos.

Parágrafo Segundo. A execução física do objeto será acompanhada e fiscalizada respondendo o **CONVENENTE** pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Convênio.

Parágrafo Terceiro. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação dos servidores da **CONCEDENTE**, e dos órgãos de controle interno federal e externo da União, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONTINUIDADE

Na hipótese de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, fica facultado à **CONCEDENTE** assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do Objeto deste Convênio, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas, nos termos do art. 43, VII, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, sem prejuízo da apuração de responsabilidades por eventuais danos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O **CONVENENTE** deverá prestar contas dos recursos recebidos no SICONV, de acordo com o estabelecido nos arts. 72 a 76 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011. O prazo para apresentar a prestação de contas é de **60 (sessenta) dias** após o encerramento da vigência do Convênio, ou da conclusão do da execução do Objeto, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Primeiro. A prestação de contas será composta, além dos documentos e informações apresentadas pelo **CONVENENTE** no SICONV, dos seguintes documentos:

I - Relatório de Cumprimento do Objeto;

II - Notas e comprovantes fiscais, quanto aos seguintes aspectos: data do documento, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos registrados no SICONV, valor, aposição de dados do **CONVENENTE**, programa e número do convênio;

III - Relatório de prestação de contas aprovado e registrado no SICONV pelo **CONVENENTE**;

IV - Declaração de realização dos objetivos a que se proponha o Instrumento;

V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;

Processo:	2017.05.061.001
FLS:	13
Rubrica:	12

VI - A relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;

VII - A relação dos serviços prestados, quando for o caso;

VIII - Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver;

IX - Cópias dos despachos de adjudicação e de homologação das licitações realizadas ou cópias dos despachos de autorização e ratificação das dispensas e/ou inexigibilidade de licitação, com o respectivo embasamento legal, quando se aplicar;

X - Termo de compromisso por meio do qual o **CONVENENTE** se obriga a manter os documentos relacionados ao Convênio pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, contados da data em que for aprovada a prestação de contas;

Parágrafo Segundo. A prestação de contas inicia-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros que deverá ser registrada pela **CONCEDENTE** no SICONV.

Parágrafo Terceiro. A **CONCEDENTE** deverá registrar no SICONV o recebimento da Prestação de Contas.

Parágrafo Quarto. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo de 60 (sessenta) dias, a **CONCEDENTE** estabelecerá, mediante notificação, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Quinto. Se, ao término do prazo estabelecido, o **CONVENENTE** não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos nos termos do parágrafo anterior, a **CONCEDENTE** registrará a inadimplência no SICONV, 45 (quarenta e cinco) dias após a notificação prévia, por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão competente a que estiver vinculado, para fins de instauração de tomada de contas especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao Erário, sob pena de responsabilização solidária.

Parágrafo Sexto. É obrigatória a restituição pelo **CONVENENTE** de eventual saldo de recursos financeiros repassados pela **CONCEDENTE**, inclusive os provenientes das respectivas receitas obtidas em aplicações financeiras, no prazo estabelecido para a entrega da prestação de contas.

Parágrafo Sétimo. A autoridade competente da **CONCEDENTE** terá o prazo de 1 (um) ano, contado da data do recebimento, para analisar a prestação de contas do Instrumento, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes, de acordo com o §8º do Art. 10 do Decreto nº 6.170/2007, com a redação dada pelo Decreto nº 8.244, de 2014.

Parágrafo Oitavo. A manifestação conclusiva da análise da prestação de contas deverá ser registrada no SICONV, podendo resultar em:

I - aprovação, cabendo à **CONCEDENTE** prestar declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação;

II - aprovação com ressalvas, quando evidenciadas impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao Erário;

III - rejeição, com a determinação de imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Nono. A Prestação de Contas está sujeita também às seguintes disposições:

I - Cabe ao sucessor do responsável pelo **CONVENENTE** prestar contas dos recursos provenientes de convênios firmados pelos seus antecessores;

II - Na impossibilidade de atender ao disposto no inciso anterior, deverá apresentar à **CONCEDENTE** justificativas que demonstrem o impedimento de prestar contas e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público;

III - Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, solicitará à **CONCEDENTE** a instauração de tomada de contas especial;

IV - Os documentos que contenham as justificativas e medidas adotadas serão inseridos no SICONV;

V - A **CONCEDENTE**, ao ser comunicada das medidas adotadas pelo **CONVENENTE**, suspenderá de imediato o registro da inadimplência, desde que o administrador seja outro que não o faltoso, e seja atendido o disposto nos incisos II, III e IV acima;

VI - O **CONVENENTE** deverá ser notificado previamente sobre as irregularidades apontadas, via notificação eletrônica por meio do SICONV, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar;

VII - Enquanto não disponível a notificação eletrônica, a notificação prévia será feita por meio de carta registrada com declaração de conteúdo, com cópia para a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, devendo a notificação ser registrada no SICONV;

VIII - a inscrição de inadimplência do respectivo instrumento no SICONV será fator restritivo a novas transferências de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União mediante convênios, contratos de repasse e termos de cooperação, nos termos do inciso V do art. 10 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011.

IX - O ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado no SICONV, cabendo ao concedente prestar declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

X - Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no SICONV e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE E DO CONTROLE SOCIAL

A eficácia deste Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pela **CONCEDENTE**, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da sua assinatura.

Parágrafo Primeiro. A **CONCEDENTE** notificará, facultada a comunicação por meio eletrônico, no prazo de 10 (dez) dias, a celebração do Instrumento à Assembleia Legislativa, à Câmara Legislativa ou à Câmara Municipal do **CONVENENTE**, conforme o caso. Na hipótese de liberação de recursos, o prazo será de 2 (dois) dias úteis.

Parágrafo Segundo. O **CONVENENTE** deverá dar ciência da celebração ao conselho local ou instância de controle social, se houver, formada por órgãos colegiados de caráter consultivo na formulação da política de saneamento básico, bem como no seu planejamento e avaliação.

Parágrafo Terceiro. A **CONCEDENTE** providenciará a publicação no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da sua assinatura, dos extratos de termos aditivos que alterem o valor ou ampliem a execução do Objeto, dando publicidade aos demais pela inserção dos termos aditivos no SICONV, nos termos do Parecer DEPCONSUS/PGF-AGU nº 32/2013.

Parágrafo Quarto. Eventual publicidade de aquisições, serviços ou de quaisquer outros atos executados em função deste Convênio, ou que com ele tenham relação, deverá observar o disposto na Instrução Normativa SECOM-PR nº 7 de 19 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

Este Convênio poderá ser alterado a qualquer tempo, durante a vigência, mediante assinatura de termo aditivo, que deverá ser previamente analisado pelo órgão jurídico, desde que não seja modificado seu Objeto, devendo a solicitação do **CONVENENTE**, devidamente formalizada e justificada, ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de término da vigência do Convênio.

Parágrafo Primeiro. A manifestação do **CONVENENTE** deverá demonstrar o interesse e a capacidade técnica de execução do Objeto, além da suficiência de recursos disponíveis e prazo adicional para a conclusão do Objeto avençado.

Parágrafo Segundo. Nos casos de ampliação da execução do Objeto ou para redução ou exclusão de meta, as modificações deverão ser detalhadas no Plano de Trabalho, após análise e aprovação técnica.

Parágrafo Terceiro. Eventuais reformulações de Projetos Básicos/Termos de Referência, serão analisadas e poderão ser aprovadas pela **CONCEDENTE**, desde que fundamentadas e justificadas em relatórios técnicos elaborados pelo **CONVENENTE**, observadas todas as exigências estabelecidas na Lei nº 8.666/1993, para alteração de contratos administrativos, quando o objeto for executado mediante contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA

A vigência deste Convênio se inicia na data de sua assinatura e vai até **31 de dezembro de 2019**.

Parágrafo Primeiro. A **CONCEDENTE** prorrogará “*de ofício*” a vigência do presente Convênio antes de seu término, prescindida de prévia análise pela sua área jurídica, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

Parágrafo Segundo. A prorrogação do prazo poderá ser efetuada por Termo Aditivo Simplificado padronizado assinado apenas pela **CONCEDENTE**, previamente analisado pelo órgão jurídico, considerando-se a solicitação do **CONVENENTE**, mediante ofício, no prazo previsto na CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES, bastante para respaldar e assegurar a sua manifesta concordância, para todos os efeitos legais.

Parágrafo Terceiro. A alteração de que trata o parágrafo segundo desta Cláusula somente poderá ser realizada caso haja manifestação expressamente favorável da área técnica da **CONCEDENTE** quanto à justificativa apresentada, à viabilidade da continuidade da execução do Objeto e à suficiência do prazo requerido.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

O **CONVENENTE** se compromete a restituir os valores que lhe forem transferidos pela **CONCEDENTE**, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, quando:

- I - não for executado o Objeto deste Convênio;
- II - não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva prestação de contas;
- III - os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

Parágrafo Primeiro. Para os convênios em que não tenha havido qualquer execução física, nem utilização dos recursos, o recolhimento à Conta Única do Tesouro Nacional deverá ocorrer sem a incidência dos juros de mora.

Parágrafo Segundo. O **CONVENENTE** se compromete recolher à conta da **CONCEDENTE** o valor correspondente aos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação dos recursos e a sua utilização, quando não comprovar seu emprego na consecução do Objeto deste Convênio, ainda que não tenha feito a aplicação.

Parágrafo Terceiro. O **CONVENENTE** se obriga a restituir eventuais saldos de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU a crédito do Tesouro Nacional, conforme o caso, no prazo de 30 (trinta) dias após a conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Convênio.

Parágrafo Quarto. A inobservância das disposições desta Cláusula implica na instauração de tomada de contas especial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DENÚNCIA, DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os Partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

Parágrafo Primeiro. Constituem motivos para a rescisão do Convênio:

I - o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

II - constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;

III - a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

Parágrafo Segundo. A rescisão do Convênio, quando resultar dano ao Erário, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Terceiro. O Convênio será extinto no caso do descumprimento das disposições previstas na CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDICIONANTES deste Instrumento.

Parágrafo Quarto. Sendo evidenciado pelos órgãos de controle, ou Ministério Público, vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, o **CONCEDENTE** deverá adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do Erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA REVERSÃO DE VALORES CREDITADOS

Fica a instituição financeira desde já autorizada a devolver à **CONCEDENTE**, a qualquer tempo, por ordem e determinação expressa desta, devidamente motivada, os valores que eventualmente forem repassados, desde que haja saldo suficiente na conta corrente beneficiária e receptora do crédito.

Parágrafo Único. Os valores referidos no item anterior deverão ser creditados na Conta Única do Tesouro Nacional, via Guia de Recolhimento da União – GRU, com o código identificador a ser informado pela **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes, compreendidos como os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos do Convênio, necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este, serão de propriedade da **CONCEDENTE**.

Parágrafo Primeiro. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos pela **CONCEDENTE**, poderão ser doados após a consecução do Objeto, por ato do Presidente da FUNASA.

Parágrafo Segundo. A doação dos bens remanescentes somente será permitida após a verificação da regularidade na prestação de contas e mediante certificação de que o bem é imprescindível para a continuidade do programa governamental.

Parágrafo Terceiro. O Donatário ficará obrigado a utilizar o bem com vinculação direta e exclusiva ao atendimento do programa governamental.

Parágrafo Quarto. Sendo o presente Convênio rescindido por quaisquer dos motivos previstos na CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO os bens patrimoniais serão automaticamente revertidos ao **CONCEDENTE**.

Processo:	201705061 001
FLS:	17
Rubrica:	<i>[assinatura]</i>

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

É competente para dirimir as questões e omissões deste Convênio, que não possam ser resolvidas administrativamente, o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente Instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, as quais foram lidas e assinadas pelas partícipes.

Brasília-DF, _____ de dezembro de 2016.

Pela **CONCEDENTE**

Pelo **CONVENENTE**

ORIGINAL ASSINADO

ANTONIO **HENRIQUE** DE CARVALHO

ANTONIO SERGIO MIRANDA DE MELO

PIRES
PRESIDENTE

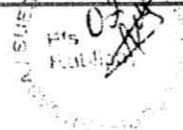
Prefeito



BOM LUGAR

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR
Rua Manoel Severo, Centro Administrativo – Bom Lugar – MA.
CNPJ: 01.611.400/0001-04

Processo:	2017.05.061.001
FLS:	18
Rubrica:	



Ofício GAB/N.º036 / 2017

Bom lugar Ma, 06 de março de 2017

Ilustríssimo Senhor
Marco André Campos da Silva
Superintendente Estadual da FUNASA
São Luís - Ma

Senhor Superintendente,

Estamos encaminhando a esta Instituição, documentação técnica e institucionais da Prefeitura Municipal de Bom Lugar, objetivando a complementação documental do convênio nº 0070/2016 no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), no âmbito da **Fundação Nacional de Saúde**, destinados à implantação de 59 Melhorias Sanitárias Domiciliares para Controle de Agravos, com recursos orçamentários garantidos no Orçamento da União.

Atenciosamente,


Luciene Alves Duarte
Prefeito Municipal

FUNASA-EQ-PROTOCOLO E ARQUIVO

RECA:

EM:

FUNCIONARIO:

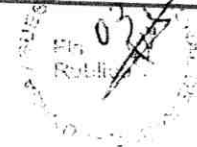
11:05
27-03-17
Marta Zule



BOM LUGAR
MAIS TRABALHO E MENOS CONGESTÃO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR
Rua Manoel Severo, Centro Administrativo – Bom Lugar – MA.
CNPJ: 01.611.400/0001-04

Processo:	101705061.001
FLS:	19
Rubrica:	MAF W. 11



DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA

Eu, **Luciene Alves Duarte**, residente e domiciliado na sede de Bom Lugar, na condição de representante legal da Prefeitura Municipal, CNPJ: 01.611.400/0001-04 para fins de provas junto à **Fundação Nacional de Saúde**, sob as penas do Artigo 299 do Código Penal, e para efeitos do Artigo 4º do Decreto nº 20 de 1º de fevereiro de 1991, e sob as penas da Lei, que a Prefeitura Municipal, acima identificado, não se encontra em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou com qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública Federal.

Bom Lugar 13 de Março de 2017.



Luciene Alves Duarte
Prefeito Municipal



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão
 Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
 Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

ART ORBA / SERVIÇO
 Nº MA20170086915

Processo: 20105061001

Fls: 10
 Rubrica: [Handwritten Signature]
 FLS: [Handwritten Signature]
 Rubrica: [Handwritten Signature]

Processo: 20105061001
 FLS: 10
 Rubrica: [Handwritten Signature]

INDIVIDUAL
 INICIAL

1. Responsável Técnico
 Nome profissional: ENGENHEIRO CIVIL
 JOSE CASTANHO LEONARDO JUNIOR
 RNP: 11132281-2

2. Contrato
 Contrato: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR
 RUA MAHOEL SEVERO
 Complemento: CENTRO ADMINISTRATIVO
 Cidade: Bom Lugar
 País: Brasil
 Telefone: (99) 8405-1883
 Contrato: Não especificado
 Valor: R\$ 760.000,00
 Tipo de contrato: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO
 Ação Institucional: Habilitação de Inversões Sociais - Lata 11.124/95 a 11.888/08
 CFC/CNPJ: 01.811.400/0001-04
 Nº: 831
 CEP: 65704000
 UF: MA
 Bairro: CENTRO
 Email: [Handwritten]

3. Dados do Objeto/Serviço
 Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR
 RUA MAHOEL SEVERO
 Complemento: CENTRO ADMINISTRATIVO
 Cidade: Bom Lugar
 Telefone: (99) 8405-1883
 Email: [Handwritten]
 Uf: MA
 CEP: 65704000
 CFC/CNPJ: 01.811.400/0001-04
 Nº: 831

4. Atividade Técnica
 1 - ATUACAO
 12 - PROJETO > ATIVIDADES DE A.R.T. -> MA029 - LIGACOES DOMICILIARES DE ESCOTO
 Quantidade: 59,00
 Unidade: un

5. Observações
 ELABORACAO DE PROJETO DE 59 MELHORAS SANITARIAS DOMICILIARES.

6. Declarações

7. Entidade de Classes
 CLUBE DE ENGENHARIA DO MA

8. Assinaturas
 Declaro serem verdadeiras as informações acima
 Local: Bom Lugar, 24 de março de 2017
 [Handwritten Signature]

9. Informações
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR - CEP: 61411-400001-04
 JOSE CASTANHO LEONARDO JUNIOR - CFP: 508.282.733-91

10. Valor
 Valor da ART: R\$ 214,82
 Paga em: 23/03/2017
 Nosso Número: 2300864129

A responsabilidade desta ART toda vez verificada em: <https://www.crea.ma.br/portal/consultas/consultas/consultas> com a chave: Creadv



GOVERNO MUNICIPAL
BOM LUGAR
MAIS TRABALHO E BOVAS CONDIÇÕES



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR
Rua Manoel Severo, Centro Administrativo – Bom Lugar – MA
CNPJ: 01.611.400/0001-04

TERMO DE COMPROMISSO COM O PACS

A Prefeitura Municipal de Bom Lugar, neste ato representado pela Luciene Alves Duarte, prefeita Municipal, vem por meio do presente instrumento, declarar perante a Fundação Nacional de Saúde que já implantou o Programa de Agente Comunitário de Saúde PACS,

Bom Lugar, 13 de março de 2017



Luciene Alves Duarte
Prefeita Municipal



BOM LUGAR
 MARANHÃO



ANEXO IV

1 - Nome do Órgão ou Entidade Conveniente, conforme contido no Cartão do CNPJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR-MA.

2 - CNPJ 13.183.266/0001-69		3 - Exercício 2016	4 - UF MA	5 - Nº do Processo 25100.06.607/2016-66	
6 - DDD (99)	7 - Fone 3623-1011		8 - Fax	9 - E-mail	
10 - Nome do Banco Conveniado BANCO DO BRASIL			11 - Nº do Banco Conveniado 001		
12 - Agência 0528-2 - 565466			13 - Praça de Pagamento BOM LUGAR	14 - UF MA	
15 - Recurso Orçamentário 1. Programa () 2. Emenda (X)			16 - Emenda Nº		

17 - Programa

MODALIDADE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SOLUÇÃO ESTÁTICA) IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES

18 - Descrição do Objeto

CONSTRUÇÃO DE 59 MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES NO POVOADO BREJO SUSSUAPARA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO, COMPOSTO POR: CONJUNTO SANITÁRIO, CAIXA D'ÁGUA DE 310 lts, CAIXA DE INSPEÇÃO, TANQUE SÉPTICO, CAIXA DE INSPEÇÃO, FILTROS DOMÉSTICOS E SUMIDOURO.

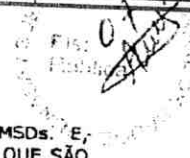
19 - Justificativa da Proposição

NA ZONA PERIFÉRICA DO MUNICÍPIO DE BOM LUGAR, PRINCIPALMENTE NAS ÁREAS ONDE SERÃO IMPLANTADAS AS MELHORIAS SANITÁRIAS, NA MAIORIA DAS RESIDÊNCIAS NÃO EXISTE SISTEMA DE TRATAMENTO DO ESGOTO E OS DEJETOS HUMANOS SÃO EXPOSTOS NO SOLO CONTAMINADO-OS E QUANDO DAS CHUVAS, SÃO CARREADOS PARA O LEITO DOS MANANCIAS SUPERFICIAIS OU ATÉ MESMO PARA OS POÇOS SEM PROTEÇÃO SANITÁRIA, DOS QUAIS A POPULAÇÃO UTILIZA PARA O CONSUMO DIÁRIO. ESTE HÁBITO TEM GERADO UMA SÉRIE DE DOENÇAS ENTÉRICAS DE TRANSMISSÃO HÍDRICA COMO DIARRÉIAS INFECCIOSAS, QUE ATINGEM PRINCIPALMENTE AS CRIANÇAS. POR ESTE MOTIVO, PROPÕE-SE IMPLANTAR NAS UNIDADES RESIDENCIAIS, EM QUE AINDA NÃO EXISTE SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO 59 (CINQUENTA E NOVE) MELHORIASS SANITÁRIOS DOMICILIARES INCLUINDO TAMBÉM 59 FILTROS DE BARROS COM TRÊS OU DUAS VELAS.

20 - Objetivos

É OBJETIVO DESTA PROJETO EVITAR A POLUIÇÃO DO SOLO E DOS MANANCIAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA; DAR UM DESTINO ADEQUADO DOS ESGOTOS DOMÉSTICOS DE FORMA A CONTROLAR E PREVENIR DOENÇAS A ELES RELACIONADAS. ALÉM, OBTIVAMENTE, DE MELHORAR AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DAS FAMÍLIAS PROPORCIONANDO MAIS CONFORTO E SAÚDE À POPULAÇÃO, EVITANDO O CONTATO DE VETORES COM AS FEZES; PROMOVER NOVOS HÁBITOS HIGIÊNICOS E CONFORTO; AUMENTO DA VIDA MÉDIA DO HOMEM; REDUZIR DESPESAS COM O TRATAMENTO DE DOENÇAS EVITÁVEIS E REDUÇÃO DO CUSTO DE TRATAMENTO DE ÁGUA PELA PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO DOS MANANCIAS

Processo:	20190506 001
FLS:	23
Rubrica:	



21 - Metas

BENEFICIAR DIRETAMENTE 59 (CINQUENTA E NOVE) DOMICÍLIOS COM A CONSTRUÇÃO DAS MSDs. E, CONSEQUENTEMENTE, REDUZIR A MÉDIO E LONGO PRAZO O ÍNDICE DE INFESTAÇÃO DE DOENÇAS QUE SÃO CAUSADAS PELA FALTA DE UM DESTINO ADEQUADO DOS DEJETOS HUMANOS.

22 - Acompanhamento

SERÁ REALIZADO PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO SOB SUPERVISÃO PERIÓDICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

23 - População do Município, segundo o último censo do IBGE (www.ibge.gov.br)

1.655 habitantes

24 - Autenticação

Data	Nome do Dirigente ou do Representante Legal	Assinatura do Dirigente ou do Representante Legal
14/02/2017	<p>Luciene Alves Duarte PREFEITO MUNICIPAL</p>	

Processo: 20/105.06 / 001

FLS: 29

RUBRICA:

2

1.6	DISTRIBUIÇÃO EM CADA DOMICILIO BENEFICIADO COM AS MELHORIAS UM FILTRO DE BARRO COMUM ACOMPANHADO DE TRES VELAS E UMA TORNEIRA.	UNIDADE	59	FEV/2017	FEV/2018
1.7	INSTALAÇÃO DE PIA DE COZINHA EM AÇO INOX INCLUINDO CONEXÕES EM PVC CONFORME PROJETO PLANILHA E ESPECIFICAÇÕES.	UNIDADE	59	FEV/2017	FEV/2018
1.8	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CX. DE GORDURA EM PVC COM TAMPA, COM APACIDADE DE 18 LITROS INCLUINDO INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	UNIDADE	59	FEV/2017	FEV/2018
1.9	INSTALAÇÃO DE TANQUE DE LAVAR ROUPAS INCLUINDO CONEXÕES EM PVC CONFORME PROJETO PLANILHA E ESPECIFICAÇÕES.	UNIDADE	59	FEV/2017	FEV/2018

III - Plano de Aplicação

9 - Natureza da Despesa	10 - Especificação	11 - Concedente	12 - Proponente	13 - Subtotal Por Natureza de Gasto (Em R\$ 1,00)	Corrente	Consultoria	Diárias	Material de Consumo	Passagens	Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Reforma Adequação (Serviços de Terceiros - Pessoa Física ou Jurídica)	Subtotal desta Categoria Econômica	Capital	Construção Nova	700.000,00	7.000,00	693.000,00	Concluído	Ampliação
-------------------------	--------------------	-----------------	-----------------	---	----------	-------------	---------	---------------------	-----------	---------------------------------------	---	---	------------------------------------	---------	-----------------	------------	----------	------------	-----------	-----------



BOM LUGAR
Município do Piauí

ANEXO V

I - Identificação do Proponente

<p>1 - Nome do Órgão ou Entidade Proponente, conforme contido no Cartão do CNPJ</p> <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR -MA.</p>	<p>2 - Ação</p> <p>SANEAMENTO - MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES</p>	<p>3 - Nº do Processo</p> <p>25100.006.607/2016-71</p>
--	--	---

II - Cronograma de Execução

4 - Meta	5 - Etapa/Fase	6 - Especificação	7 - Indicador Físico		8 - Previsão de Execução	
			Unidade de Medida	Qtde.	Início	Término
1.0		IMPLANTAÇÃO DE 59 MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES COMPOSTO POR: CONJUNTO SANITÁRIO, RESERVATÓRIO DE 310 lts, LAVATÓRIO, TANQUE SÉPTICO, VASO SANITÁRIO SUMIDOURO E FILTROS DOMÉSTICOS.				
	1.1	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA PADRÃO FUNASA MEDINDO 6.00 M ²	UNDIDADE	02	FEV/2017	FEV/2018
	1.2	IMPLANTAÇÃO DE CONJUNTO SANITÁRIO COMPOSTO DE, ABRIGO DE ALVENARIA COM CALÇADA, VASO SANITÁRIO, LAVATÓRIO, CHUVEIRO CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE DESCARGA.	UNDIDADE	59	FEV/2017	FEV/2018
	1.3	INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIOS EM POLIETILENO CAP DE 310 LTS NA PARTE SUPERIOR DO ABRIGO INCLUINDO CONEXÕES EM PVC CONFORME PROJETO PLANILHA E ESPECIFICAÇÕES.	UNDIDADE	59	FEV/2017	FEV/2018
	1.4	CONSTRUÇÃO DE TANQUE SÉPTICO CONFORME PROJETO, PLANILHA E ESPECIFICAÇÕES	UNDIDADE	59	FEV/2017	FEV/2018
	1.5	CONSTRUÇÃO DE SUMIDOURO CONFORME PROJETO, PLANILHA E ESPECIFICAÇÕES	UNDIDADE	59	FEV/2017	FEV/2018

[Handwritten signature and stamp]

Processo: 201705061 001
 Rubrica: 25
 100 190501007

Processo: 2017.0504 011
 FLS: 26
 Rubrica: JE



Nome do Dirigente ou do Representante Legal: **Luciene Alves Duarte**
 Assinatura do Dirigente ou do Representante Legal: *[Signature]*
 Data: **14/02/2017**
 PREFEITO MUNICIPAL

IV - Autenticação

Equipamento e Material Permanente	693.000,00	7.000,00	700.000,00
Subtotal desta Categoria Económica			
14 - TOTAIS dos valores das despesas correntes e de capital referentes à concedente e ao proponente	693.000,00	7.000,00	700.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR
 Rua Manoel Severo, Centro Administrativo – Bom Lugar – MA.

ANEXO VI

1 - Nome do Órgão ou Entidade Proponente, conforme contido no Cartão do CNPJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR - MA.
2 - Ação	SANEAMENTO - MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES
3 - Nº do Processo de Convento.	25100.006.607/2016-71

4 - Ano	5 - Meta	6 - Mês				
2016	1.0	Fevereiro/2017	Março/2017	Abril/2017	Maió/2017	Junho/2017
		Agosto/2017	Setembro/2017	Outubro/2017	Novembro/2017	Dezembro/2017
		346.500,00				
2018	A	Agosto/2017	Setembro/2017	Outubro/2017	Novembro/2017	Dezembro/2017
		346.500,00				
		346.500,00				
7 - Total Acumulado de Recursos da Concedente (Em R\$ 1,00)						
693.000,00						

8 - Ano	9 - Meta	10 - Mês				
2016	A	Fevereiro/2017	Março/2017	Abril/2017	Maió/2017	Junho/2017
		Agosto/2017	Setembro/2017	Outubro/2017	Novembro/2017	Dezembro/2017
		3.500,00				
2018	A	Agosto/2017	Setembro/2017	Outubro/2017	Novembro/2017	Dezembro/2017
		3.500,00				
		3.500,00				
11 - Total Acumulado de Recursos do Proponente (Em R\$ 1,00)						
7.000,00						
12 - Total Geral dos Recursos (Em R\$ 1,00)						
700.000,00						

13 - Utilização do Proponente						
14 - Aprovação da Concedente						
Data		12/02/2017		Nome do Dirigente ou do Representante Legal		Luciene Alves Duarte Prefeita Municipal
Assinatura do Dirigente ou do Representante Legal				Assinatura do Dirigente ou do Representante Legal		

Processo: 201705del.001
 FLS: 27
 Rubrica:



Processo: 201905061 001
 FLS: 28
 Rubrica: 19

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR/MA					
ESTADO DO MARANHÃO					
PLANILHA ORÇAMENTARIA GERAL					
OBRA:	IMPLANTAÇÃO DE 59 MELHORIAS SANITÁRIAS COMPOSTOS DE: CONJUNTO SANITÁRIO VASO SANITÁRIO, LAVATÓRIO, CHUVEIRO, TANQUE SÉPTICO, SUMIDOURO, RESERVATÓRIO ELEVADO DE 310 LITROS, CAIXA DE INSPEÇÃO, PIA DE COZINHA, TANQUE DE LAVAR ROUPAS, FILTRO DOMÉSTICO, CAIXA DE GORDURA E CALÇADA.				
DATA:	Sinapi dez/2016		ENC.SOCIAIS: 87,49% (hora)		
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇO (R\$)	
				UNIT.	TOTAL
1.0	ABRIGO				
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
74077/001	Locação convencional de obra, através de gabarito de tábuas comidas pontaleadas, sem reaproveitamento	m²	6,38	6,99	44,60
79517/001	Escavação manual em solo, prof até 1,5M	m³	0,67	20,57	13,82
	SUB-TOTAL				58,42
2.0	FUNDAÇÕES				
2.1	Alicerce em pedra bruta argamassada, seção de (30x30) cm	m³	0,58	257,96	148,58
2.3	Baldrame em alvenaria dobrada de tijolo cerâmico com furos	m³	0,29	215,98	62,20
	SUB-TOTAL				210,79
3.0	ALVENARIA DE VEDAÇÃO				
73935/002	Alvenaria em tijolo cerâmico furado 9x19x19CM , 1 vez(espessura 19cm), assentado em argamassa traço 1:4 (cimento e areia média não peneirada), preparo manual junta 1cm	m²	16,15	47,00	759,05
73937/001	Cobogó de concreto (elemento vazado), 7x50x50cm assentado, com argamassa traço 1:4 (cimento e areia)	m²	0,25	130,77	32,69
	SUB-TOTAL				791,74
4.0	PAVIMENTAÇÃO				
73907/003	Contrapiso/lastro de concreto não-estrutural, e=5cm, preparo com betoneira	m²	1,98	23,12	45,75
87246	Revestimento cerâmico para piso com placas tipo grês de dimensões 35x35cm aplicada em ambientes de área menor que 5m². AF 06/2014	m²	3,22	33,29	107,19
	SUB-TOTAL				152,97
5.0	COBERTURA				
73931/003	Estrutura em madeira aparelhada, para telha cerâmica, apoiada em parede	m²	5,46	81,65	445,81
73938/004	Cobertura em telha cerâmica tipo canal, com argamassa traço 1:3 (cimento e areia) e arame recozido	m²	5,46	57,18	312,20
	SUB-TOTAL				758,01
6.0	REVESTIMENTO DE PAREDES				
74199/001	Chapisco rústico traço 1:3 (cimento e areia grossa), espessura 2cm, preparo manual da argamassa	m²	26,60	21,23	564,72
87536	Emboço, para recebimento de cerâmica, em argamassa traço 1:2:8 preparo manual, aplicado manualmente em faces internas de paredes de ambientes com area maior que 10m², espessura de 20mm, com execução de talisca	m²	26,60	17,98	478,27
75481	Reboco argamassa traço 1:2 (cal e areia fina peneirada), espessura 0,5cm, preparo manual da argamassa	m²	26,60	12,24	325,58
87269	Revestimento cerâmico para paredes internas com placas tipo grês ou semi-grês de dimensões 25x35cm aplicada em ambientes de área maior que 5m² até a altura de 1,60m	m²	11,00	35,44	389,84
	SUB-TOTAL				1.758,41
7.0	CALÇADA				

José Cássio Leonardo Júnior
 Engenheiro Civil
 CREA/MA - 1113628612

3005 Caetano Leonardo Júnior
Engenheiro Civil
CREA/MA - 111362812

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO (R\$)
79517/001	Escavação manual em solo, prof até 1,5M	m ²	0,42	6,99
15,1	Locação simples de construção sem gabarito de madeira	m ³	0,17	20,57
15,0	CAIXA DE INSPEÇÃO			228,38
79464	Pintura a óleo, duas demãos	m ²	3,15	14,27
88487	Aplicação manual de pintura com tinta látex PVA em paredes, duas demãos	m ²	22,10	6,30
14,0	PINTURAS			141,00
13,1	Fonte de Luz	unid	1,00	141,00
13,0	INSTALAÇÃO ELÉTRICA			316,63
86904	popular- tomcimento e instalação	unid	1,00	75,73
12,2	Lavatório louça branco suspenso 29,5x39cm ou equivalente padrão descarga e engate flexível	unid	1,00	48,00
6021	Caixa de descarga plástica de sobrepor (externa), com tubo de tomcimento e instalação	unid	1,00	192,90
12,0	LOUÇAS E ACESSÓRIOS SANITÁRIOS			344,59
11,4	Vaso sanitário sifonado de louça branca padrão popular, com conjunto para fixação para vaso sanitário com parafuso, arruela e bucha - tomcimento e instalação	unid	1,00	121,00
11,3	Caixa de inspeção em alvenaria, tampa de concreto, medindo (100x100) mm, inclusive, interligação à caixa de inspeção	unid	1,00	22,61
11,2	Caixa sifonada com grelha, em PVC rígido soldável, medindo tomções	unid	1,00	142,99
11,1	Porto de esgoto embutido para vaso sanitário, em tubos e conexões de PVC rígido soldável, diâmetro 100 mm, inclusive, coluna de ventilação, ligação para o tanque sáptico e deste para o sumidouro e conexões	unid	1,00	57,99
11,0	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS			269,5
10,6	Porto de esgoto embutido para lavatório, em tubos e conexões de PVC rígido soldável, para chuveiro	unid	1,00	86,17
10,5	Chuveiro com registro de pressão em pvc	unid	1,00	13,06
10,4	Torneira para lavatório em pvc	unid	1,00	6,38
10,3	Porto de água fria embutido, em tubos e conexões de PVC rígido soldável, para caixa de descarga externa	unid	1,00	46,68
10,2	Porto de água fria embutido, em tubos e conexões de PVC rígido soldável, para lavatório	unid	1,00	31,04
10,1	Porto de água fria embutido, em tubos e conexões de PVC rígido soldável, para reservatório elevado (incluindo tubulações de alinhamento, distribuição e descarga e extravasar com registros	unid	1,00	86,17
10,0	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS			40,46
9,1	Laje de concreto armado 1:3:(cimento, areia e brita) com feros CA 60 de 4,6 mm	m ²	0,03	1.348,81
9,0	SUPORTE DE APOIO PARA O RESERVATÓRIO ELEVADO			369,00
8,1	Fora sera em madeira de lei, tipo sifonada (0,60x2,10)m, esp = 3cm incluindo caixa, dobradiças e fechadura (trinco de metal)	unid	1,00	369,00
8,0	ESQUADRIA			207,59
73922/003	Piso cimentado traço 1:3 (cimento a areia) acabamento liso espessura 2cm, preparo manual da argamassa	m ²	2,46	31,72
73907/003	Contrapiso/lastro de concreto não-estrutural, e=5cm, preparo com betoneira	m ²	1,64	23,12
53527	Reaterro compactado manualmente	m ³	0,35	215,98
7,2	Allice e baldrame em alvenaria de uma vez de tijolo cerâmico	m ²	0,12	20,57
7,1	Escavação manual em solo, prof até 1,5M	m ²	0,12	20,57
TOTAL		UNID	QUANT	PREÇO (R\$)

Processo: 201405061005
FLS: 19
Rubrica:

Jose Carlos Leonardo Junior
Engenheiro Civil
CREA/MA - 11367812

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL
73935/002	Alvenaria em tijolo cerâmico furado 9x19x19CM, 1 vez(es) espessura 13cm, assentado em argamassa traço 1:4 (cimento e areia média não penetrada), preparo manual junta 1cm	m²	46,00	33,12	33,12
74199/001	Chapisco rústico traço 1:3 (cimento e areia grossa), espessura 2cm, preparo manual da argamassa	m²	0,72	21,23	15,29
87536	Emboço, para recebimento de cerâmica, em argamassa traço 1:2:8 (cimento, areia e areia fina penetrada), espessura 20mm, com preparo manual, aplicado manualmente em faces internas de paredes de ambientes com área maior que 10m², espessura de 20mm, com execução de talisca	m²	17,98	17,98	178,00
75481	Reboco argamassa traço 1:2 (cal e areia fina penetrada), espessura 0,5cm, preparo manual da argamassa	m²	9,90	12,24	121,18
166	Laje de concreto armado 1:3:4 (cimento, areia e brita) com ferros CA 60 de 4,6mm	m²	1.348,81	202,32	202,32
73907/003	Contrapiso/lastro de concreto não-estrutural, e=5cm, preparo com betoneira	m²	2,00	46,24	46,24
73922/003	Piso cimentado traço 1:3 (cimento e areia) acabamento liso espessura 2cm, preparo manual da argamassa	m²	31,72	63,44	63,44
169	Tubos e conexões para esgoto em PVC 100mm	unid	2,00	62,04	62,04
53527	Reaterro compactado manualmente	m³	0,15	6,17	6,17
170	SUMIDURO				1.467,28
171	Localção simples de construção sem gabarito de madeira	m²	1,13	7,90	7,90
79517/001	Escavação manual em solo, prof até 1,5M	m³	2,26	46,49	46,49
73935/002	Alvenaria em tijolo cerâmico furado 9x19x19CM, 1 vez(es) espessura 13cm, assentado em argamassa traço 1:4 (cimento e areia média não penetrada), preparo manual junta 1cm	m²	6,28	288,89	288,89
174	Laje de concreto armado 1:3:4 (cimento, areia e brita) com ferros CA 60 de 4,6 mm	m²	0,05	67,44	67,44
175	Tubos e conexões para esgoto em PVC 100mm	unid	2,00	62,04	62,04
53527	Reaterro compactado manualmente	m³	0,07	2,88	2,88
73873/003	Leito filtrante - fornecimento e enchimento com brita nº4	m³	0,23	32,92	32,92
188	FILTRO DOMÉSTICO COMUM DE BARRO ASSADO				508,55
P.M.	Distribuição de um filtro comum de barro assado acompanhado de tres velas e torneira própria para filtro	Unid	1,00	156,00	156,00
4.0	PIA DE COZINHA				156,00
105	Aquisição e instalação de Reservatório de polietileno, c/cap. 310 litros, incluindo instalações em PVC rígido soldável de alimentação, distribuição, extravasor, torneira de hora, registros e conexões em PVC de 1/2"	und	1,00	263,00	263,00
110	RESERVATÓRIO DE 310 LTS				5.753,35
	TOTAL DO ITEM ABRIGO				105,85
	TOTAL DO ITEM CAIXA DE INSPEÇÃO				105,85
53527	Reaterro compactado manualmente	m³	0,17	6,99	6,99
73922/003	Piso cimentado traço 1:3 (cimento e areia) acabamento liso espessura 2cm, preparo manual da argamassa	m²	0,16	5,08	5,08
73907/003	Contrapiso/lastro de concreto não-estrutural, e=5cm, preparo com betoneira	m²	0,16	3,70	3,70
156	CAO de 4,6mm	m3	0,01	13,49	13,49
75481	Laje de concreto armado pré-moldada de (0,50x0,50)m, com ferro 0,5cm, preparo manual da argamassa	m²	0,72	8,81	8,81
87536	Emboço, para recebimento de cerâmica, em argamassa traço 1:2:8 (cimento, areia e areia fina penetrada), espessura 20mm, com preparo manual, aplicado manualmente em faces internas de paredes de ambientes com área maior que 10m², espessura de 20mm, com execução de talisca	m²	17,98	12,95	12,95
74199/001	Chapisco rústico traço 1:3 (cimento e areia grossa), espessura 2cm, preparo manual da argamassa	m²	0,72	15,29	15,29
73935/002	Alvenaria em tijolo cerâmico furado 9x19x19CM, 1 vez(es) espessura 13cm, assentado em argamassa traço 1:4 (cimento e areia média não penetrada), preparo manual junta 1cm	m²	46,00	33,12	33,12
	UNID				
	QUANT.				
	PREÇO (R\$)				
	TOTAL				

Processo: 201705061001
FLS: 36
Rubrica: 10

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	UNID	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL
4.1	Alvenaria em tijolos cerâmico furado 10x20x20cm, 1/2 vez, assentado em argamassa 1:4 (cimento e areia)	m2	3.32	m2	46.00	152.72	
74199/001	Chapisco rústico traço 1:3 (cimento e areia grossa), espessura 2cm, preparo manual da argamassa	m2	3.32	m2	21.23	70.48	
87536	Emboço, para recebimento de cerâmica, em argamassa traço 1:2:8 preparo manual, aplicado manualmente em faces internas de paredes de ambientes com área maior que 10m², espessura de 20mm, com execução de talisca	m2	3.32	m2	17.98	59.69	
75481	Reboco argamassa traço 1:2 (cal e areia fina penetrada), espessura 0,5cm, preparo manual da argamassa	m2	3.32	m2	12.24	40.64	
1748	Plat em aço-inox medindo 130x1,60 cm com 1 cuba 01 esfregador	und	1,00	und	161,00	161,00	
11822	Tomreira Plástica 1/2" p/ pia	und	1,00	und	4,53	4,53	
75571	Joelho PVC soldável 90° água fria 20mm - fornecimento e instalação	und	2,00	und	20,17	40,34	
4.8	Sifão flexível p/ pia e lavatório 3/4 x 1/2"	und	1,00	und	12,39	12,39	
72558	Joelho PVC 90° esgoto 40mm - fornecimento e instalação	und	2,00	und	11,37	22,74	
4.10	Tubo PVC PL série R p/ esg. Ou águas pluviais prediais DN 40mm	m	12,00	m	8,60	103,20	
4.11	Tubo de PVC soldável, DN = 20mm (NBR-5648)	m	6,00	m	7,06	42,36	
4.12	Luva PVC soldável/rosca p/ água fria predial 20mm x 1/2"	und	1,00	und	1,09	1,09	
4.13	Valvula em plastico branco 1,1/4" x 1,1/2" c/saída lisa 40mm p/ tanque	und	1,00	und	5,48	5,48	
87269	Revestimento cerâmico para paredes internas com placas tipo grês ou semi-grês de dimensões 25x35cm aplicada em ambientes de área maior que 5m² até a altura de 1,60m	m2	0,56	m2	33,44	18,73	
TANQUE DE LAVAR ROUPAS							
5.0	Tanque monobloco de granilina ou marmolite, modelo popular com 1 esfregador e 1 cuba medindo 130x1,60 m	und	1,00	und	251,38	251,38	
5.1	Alvenaria em tijolos cerâmico furado 10x20x20cm, 1/2 vez, assentado em argamassa, traço 1:4	M2	3,32	M2	46,00	152,72	
74199/001	Chapisco rústico traço 1:3 (cimento e areia grossa), espessura 2cm, preparo manual da argamassa	m2	3,32	m2	21,23	70,48	
87536	Emboço, para recebimento de cerâmica, em argamassa traço 1:2:8 preparo manual, aplicado manualmente em faces internas de paredes de ambientes com área maior que 10m², espessura de 20mm, com execução de talisca	m2	3,32	m2	17,98	59,69	
75481	Reboco argamassa traço 1:2 (cal e areia fina penetrada), espessura 0,5cm, preparo manual da argamassa	m2	3,32	m2	12,24	40,64	
88487	Aplicação manual de pintura com tinta látex PVA em paredes, duas demãos	m2	3,32	m2	7,44	24,70	
11822	Tomreira Plástica 1/2" p/ pia	und	1,00	und	4,53	4,53	
75571	Joelho PVC soldável 90° água fria 20mm - fornecimento e instalação	und	2,00	und	20,17	40,34	
5.10	Sifão flexível p/ pia e lavatório 3/4 x 1/2"	und	1,00	und	11,19	11,19	
72558	Joelho PVC 90° esgoto 40mm - fornecimento e instalação	und	2,00	und	11,37	22,74	
5.12	Tubo PVC PL série R p/ esg. Ou águas pluviais prediais DN 40mm	m	6,00	m	8,60	51,60	
5.13	Tubo de PVC soldável, DN = 20mm (NBR-5648)	m	6,00	m	7,06	42,36	
5.14	Luva PVC soldável/rosca p/ água fria predial 20mm x 1/2"	und	1,00	und	1,09	1,09	
5.15	Valvula em plastico branco 1,1/4" x 1,1/2" c/saída lisa 40mm p/ tanque	und	1,00	und	5,48	5,48	
87269	Revestimento cerâmico para paredes externas com placas tipo grês ou semi-grês de dimensões 25x35cm aplicada em ambientes de área maior que 5m² até a altura de 1,60m	m2	0,56	m2	33,44	18,73	
CAIXA DE GORDURA							
74051/002	Caixa de gordura simples em concreto pré-moldado DN 40mm com tampa - fornecimento e instalação	und	1,00	und	150,99	150,99	
TOTAL DO ITEM DA CAIXA DE GORDURA							
						150,99	
TOTAL GERAL SEM BDI						9.832,22	
VALOR TOTAL DO BDI 20 %						1.989,95	
TOTAL GERAL DO MÓDULO COM BDI						11.822,17	
QUANTIDADE DE MÓDULOS						59	11.822,17
PLACA DE OBRA						697.508,14	2.497,86
TOTAL GERAL DO PREITO						700.000,00	

Jose Cactano Leonardo Junior
 Engenheiro Civil
 CRZA/MA - 111362812

Processo: 20105061.001
 FLS: 31
 Rubrica: 12

Processo: 20705061.001
 FLS: 37
 Rubrica: 1P



CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

PROGRAMA: MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES
 AGENTE PROMOTOR: MINISTÉRIO DA SAÚDE/FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
 PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR - MA

AÇÃO: MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES

PROJETO: MELHORIAS SANITÁRIAS COM CONJUNTO SANITÁRIO, VASO SANITÁRIO, BANHEIRO, LAVATÓRIO, TANQUE SÉPTICO, SUMIDURO E RESERVATÓRIO ELEVADO DE 310 LITROS E FILTRO DE BARRO. QUANTIDADE: 59,00

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	PERÍODO DE EXECUÇÃO				TOTAL	PESO %
			30	60	90	120		
1.0	CONJUNTO SANITÁRIO	5.739,26	169.370,63				1,0	
2.0	RESERVATÓRIO	251,00	7.404,50				14,809,00	
3.0	FOSSA S.P.TICA	1.467,26	21.642,38				86.569,52	
4.0	SUMIDURO	508,55	7.501,11				30.004,45	
5.0	FILTRO DOMESTICO	156,00	3.068,00				9.204,00	
6.0	PIA DE COZINHA	735,39	10.847,00				43.388,01	
7.0	TANQUE DE LAVAR ROUPAS	797,67	11.765,63				47.062,53	
8.0	CAIXA DE GORDURAS	145,00	2.138,75				8.555,00	
9.0	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA	979,14	14.427,57				57.770,26	
	Subtotal:	199.557,71	248.405,77	71.390,44	71.390,44	44.541,37		
	BDI:	39.671,54	49.621,16	14.278,09	14.278,09	8.908,26		
	Total no mês:	239.029,25	297.726,92	85.668,53	85.668,53	53.449,56		
	Total acumulado:	239.029,25	535.756,17	621.424,70	707.093,23	700.000,00		

Prof. Celso Roberto Junior
 Agente Civil
 CREA/MA - 113678/12

[Handwritten Signature]
 RESPONSÁVEL

LOCAL E DATA

Processo: 201705061001
 FLS: 33
 Rubrica: 11

PROponente: PFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR/MA
 OBRA: CONJUNTO SANITÁRIO CONSTITUIDO DE: VASO SANITÁRIO, LAVATÓRIO, CHUVEIRO, TANQUE SÉPTICO, SUMIDOURO, RESERVATÓRIO ELEVADO DE 310 LITROS E CAIXA DE INSPEÇÃO E CALÇADA.
 LOCAL:

PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS		
CODIGO GRUPO	DESCRIÇÃO	
A1	Previdência social - INSS	0,00%
A2	Fundo de garantia por tempo de serviço	5,00%
A3	Salário Educação	2,50%
A4	Serviço Social da Indústria (Sesi)	1,50%
A5	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)	1,00%
A6	Serviço de Apoio a Pequena e Média Empresa (Sebrae)	0,60%
A7	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	0,20%
A8	Seguro contra acidentes do trabalho (INSS) Risco grave	3,00%
A9	SECONCI	0,00%
A	TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	16,80%
B1	Repouso semanal e feriados	17,91%
B2	Feriados	3,96%
B3	Auxílio-enfermidade	0,91%
B4	13º salário	10,87%
B5	Licença-paternidade	0,08%
B6	Faltas Justificadas	0,72%
B7	Dias de chuvas	1,62%
B8	Auxílio Acidente ao Trabalho	0,12%
B9	Férias Gozadas	9,29%
B10	Salário Maternidade	0,03%
B	TOTAL DE ENCARGOS QUE RECEBEM AS INCIDÊNCIAS DE A	45,51%
C1	Aviso Prévio Indenizado	6,13%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,32%
C3	Férias Indenizadas	4,81%
C4	Deposito de Rescisão sem Justa causa	5,21%
C5	Indenização Adicional	0,52%
C	TOTAL DE ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM AS INCIDÊNCIAS DE A	16,99%
D1	Reincidência de A sobre B	7,65%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,54%
D	TOTAL DAS TAXAS DE REINCIDÊNCIAS	8,19%
	ENCARGO SOCIAL - DESONERADO	87,49%

José Cícero Leonardo Júnior
 Engenheiro Civil
 CRZA/MA - 1113628612



PROponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR/MA
OBRA: CONJUNTO SANITÁRIO CONSTITUÍDO DE: VASO SANITÁRIO, LAVATÓRIO, CHUVEIRO, TANQUE SÉPTICO, SUMIDOURO, RESERVATÓRIO ELEVADO DE 310 LITROS E CAIXA DE INSPEÇÃO PIA DE COZINHA, TANQUE DE LAVAR ROUPAS, CAIXA DE GORDURA E LOCAL:

BONIFICAÇÃO DE DESPESAS INDIRETAS - BDI

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	%
GRUPO A	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
A-1	Administração central	0,00%
	Total grupo A	0,00%
GRUPO B	SEGURO	
B-1	Seguro	0,50%
	Total grupo B	0,50%
GRUPO C	RISCO	
C-1	Risco	0,50%
	Total grupo C	0,50%
GRUPO D	GARANTIA	
D-1	Garantia	0,00%
	Total grupo D	0,00%
GRUPO E	DESPESAS FINANCEIRAS	
E-1	Despesas Financeiras	0,00%
	Total grupo E	0,00%
GRUPO F	IMPOSTOS	
F-1	Impostos (PIS=0,65%, CONFINS=3,00% E ISS=3,00%)	6,65%
	Total grupo F	6,65%
GRUPO G	LUCRO	
G-1	Lucro	3,20%
	Total grupo G	3,20%
	TOTAL DOS GRUPOS - TG	10,85%
GRUPO H	CPRB - Contrib Previd sobre a Rec Bruta	
H-1	CPRB	2,00%
	Total grupo H = (CPRB+TG)/(1-CPRB)-TG	2,00%
TOTAL DO BDI		20,00%

João Carlos Leonardo Júnior
 Engenheiro Civil
 CRIB/MA - 11.136.284/2

Processo: 201705061001
 FLS: 35
 Rubrica: 11



Data: 13/02/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR/MA
Relatório de Composição Analítica (GLOBAL)

OBRA: IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS -MSD
 ORÇAMENTO: MSD (MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES)
 LOCAL:

ÁREA: 0,00m²
 UN: M2

ITEM: 01.01

SER.CG: Locação convencional de obra, através de gabarito de tábuas corridas pontaletadas, sem reaproveitamento

MÃO DE OBRA	UN	COEF.	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
SERVENTE	H	0,100000	3,68	0,37
CARPINTEIRO	H	0,100000	5,71	0,57
SUB TOTAL				0,94
LEIS SOCIAIS 87,49%				0,82
TOTAL (A)				1,76

MATERIAL/SUB-CONTRATADO	UN	COEF.	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
BALDE PLÁSTICO CAP 10L	UN	0,000580	8,42	0,00
ITEM PROCESSO DE DESATIVACAO! ENXADA ESTREITA DE *240 X 230* MM	UN	0,000580	15,20	0,01
CARRO-DE-MAO CACAMBA METALICA E PNEU MACICO	UN	0,000580	89,24	0,05
LUIVA RASPA DE COURO, CANO CURTO	PAR	0,002760	8,24	0,02
BOTA COURO SOLADO DE BORRACHA VULCANIZADA	PAR	0,002760	30,80	0,09
CAPA P/ CHUVA	UN	0,002760	25,67	0,07
CAPACETE PLÁSTICO RIGIDO	UN	0,002760	10,86	0,03
PREGO POLIDO COM CABECA 18 X 27	KG	0,010000	9,00	0,09
ARAME RECOZIDO 18 BWG, 1,25 MM (0,01 KG/M)	KG	0,020000	9,00	0,18
ALIMENTACAO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) *COLETADO CAIXA*	H	0,200000	1,30	0,26
TRANSPORTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) *COLETADO CAIXA*	H	0,200000	0,59	0,12
EXAMES (ENCARGOS COMPLEMENTARES) *COLETADO CAIXA*	H	0,200000	0,09	0,02
PECA DE MADEIRA NATIVA / REGIONAL 7,5 X 7,5CM (3X3) NAO	M	0,380000	4,99	1,80
TABUA MADEIRA 3A QUALIDADE 2,5 X 23,0CM (1 X 9") NAO APARELHADA	M	0,320000	7,76	2,48
SEGURO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) *COLETADO CAIXA*	H	0,200000	0,04	0,01
TOTAL (C)				5,23

CUSTO DIRETO TOTAL				6,99
BDI 0,00%				0,00
ADM 0,00%				0,00
PREÇO UNITÁRIO TOTAL				6,99
QUANTIDADE: 8,38				TOTAL: 44,60

Volare 16 - PINI

Data: 12/02/2017

ITEM: 01.02

UN: M3

SER.CG: Escavação manual em solo, prof.até 1,5M

MÃO DE OBRA	UN	COEF.	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
SERVENTE	H	2,000000	3,68	7,36
SUB TOTAL				7,36
LEIS SOCIAIS 87,49%				6,44
TOTAL (A)				13,80

MATERIAL/SUB-CONTRATADO	UN	COEF.	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
BALDE PLÁSTICO CAP 10L	UN	0,005800	8,42	0,04
ITEM PROCESSO DE DESATIVACAO! ENXADA ESTREITA DE *240 X 230* MM	UN	0,005800	15,20	0,09
CARRO-DE-MAO CACAMBA METALICA E PNEU MACICO	UN	0,005800	89,24	0,52
LUIVA RASPA DE COURO, CANO CURTO	PAR	0,027600	8,24	0,23
BOTA COURO SOLADO DE BORRACHA VULCANIZADA	PAR	0,027600	30,80	0,85
CAPA P/ CHUVA	UN	0,027600	25,67	0,71
CAPACETE PLÁSTICO RIGIDO	UN	0,027600	10,86	0,30
ALIMENTACAO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) *COLETADO CAIXA*	H	2,000000	1,30	2,60

José Cárneo Leonardo Júnior
 Engenheiro Civil
 CRBA/MA - 1113628812